

## PSICOLOGIA E FEMINISMO: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Gabriela Faria de Souza<sup>1</sup>, Isadora Silva Carone<sup>1</sup>, Leonardo Bortolini Chamoun<sup>1</sup>, Vitor Moreira Passos<sup>1</sup>, Laura Paste de Almeida<sup>2</sup>.

1. Acadêmicas e acadêmicos do curso de Psicologia pela Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.
2. Psicóloga, Mestra em Psicologia Institucional pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### RESUMO

O feminismo busca a igualdade de gênero na sociedade há anos e a Psicologia, de acordo com seu Código de Ética, fundamenta seu trabalho de modo a ampliar a autonomia, a liberdade e a dignidade de cada indivíduo, trabalhando para extinguir todas as formas de exclusão e discriminação. Assim, este trabalho propõe-se pesquisar o que a Psicologia estudou e observou sobre o feminismo no Brasil, nos últimos dez anos. Tal pesquisa utiliza a base de dados de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), nos quais analisa os conteúdos mais expressivos apresentados em cada publicação e os classifica em categorias de análise a serem discutidas. São exploradas três categorias: a) definições de feminismo; b) noções de gênero; e c) frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo. A partir delas e das discussões fomentadas, destaca a importância de um compromisso entre a Psicologia e o feminismo na luta pela igualdade de gêneros, fazendo valer os princípios éticos do manual que rege a profissão.

**Palavras-chave:** Feminismo. Psicologia. Gênero. Ética.

### ABSTRACT

Feminism has sought gender equality in society for years and Psychology, according to its code of ethics, bases its work in order to extend the autonomy, freedom and dignity of each individual, working to extinguish all forms of exclusion and discrimination. Thus, this paper aims to investigate what Psychology has studied and observed about feminism in Brazil in the last ten years. This research uses the database of Electronic Periodicals in Psychology (PEPSIC), in which it analyzes the most expressive contents presented in each publication and classifies them into categories of analysis to be discussed. Three categories are explored: a) definitions of feminism; B) notions of gender; and c) fronts of action and justification for the encounter between Psychology and feminism. From these categories and the discussions they promote, this work highlights the importance of a commitment between Psychology and feminism, in the struggle for gender equality, asserting the ethical principles of the code that rules the profession.

**Keywords:** Feminism. Psychology. Gender. Ethics.

### 1. INTRODUÇÃO

Um dos princípios fundamentais do Código de Ética Profissional da Psicologia (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.7) destaca que o psicólogo baseará o seu trabalho no “respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano.” Ademais, o Código salienta que o psicólogo deverá contribuir para a eliminação de quaisquer formas de “negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.” (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005, p.9). Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) (ONU Mulheres do Brasil, 2016), o Brasil apresenta a quinta maior taxa de feminicídio do mundo – 4,8 para cada 100 mil mulheres. Em 2015, o Mapa da Violência relevou que, entre o público feminino, o número de assassinatos de mulheres negras cresceu 54% entre 2003 e 2013, passando de 1.864 para 2.875 o número de casos. Nesse mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu 9,8%, saindo de 1.747 para 1.576. Do total de feminicídios registrados em 2013, 33,2% dos

homicidas eram parceiros ou ex-parceiros das vítimas (ONU Mulheres do Brasil, 2016). Conforme apontado no estudo feito pela Organização Mundial de Saúde, dentre as capitais brasileiras com as maiores taxas de feminicídio no ano de 2013 encontram-se Vitória, Maceió, João Pessoa e Fortaleza, com resultados maiores que o dobro da média brasileira.

O que fundamenta essa estatística é o cenário desigual, discriminativo e cerceador da liberdade das mulheres, que legitima práticas de exclusão e marginalização baseado em uma cultura que as oprime e subjuga. Dessa forma, mostra-se não somente relevante como também necessário e urgente que a Psicologia produza saberes e práticas em interface com a luta do feminismo, a fim de contribuir para a erradicação das desigualdades sofridas pelas mulheres.

Segundo Conceição (2009, p. 754), o feminismo vem mostrando um aspecto “[...] de reconstrução de um mundo menos violento, menos agressivo, menos opressor, através de um pensamento crítico na medida em que ele desconfia das coisas que nos aparecem como naturais.”

Inicialmente, o foco dessa pesquisa era apresentar e realizar uma reflexão crítica acerca das discussões em Psicologia que estão acontecendo sobre a temática de gênero, baseada, especialmente, nas divergências presentes entre os discursos das vertentes do feminismo radical e do transfeminismo. Escolheu-se trabalhar esse tema tendo em vista a presença frequente dessas discussões em grupos de *facebook*, *blogs* e *sites*, que demonstra a relevância e urgência de se trazer para o meio científico tal problemática. Entretanto, não foi possível realizá-la devido à falta de material acadêmico produzido acerca do assunto. Diante disso, optou-se pela mudança do tema para o levantamento das discussões realizadas pela Psicologia sobre o feminismo, uma vez que se viu necessário compreender de que forma, então, se tem produzido conhecimento a esse respeito na Psicologia.

O movimento feminista se processou em diversas etapas. Entre aquelas que aconteceram em vários países, pode-se citar a divisão do feminismo em três ondas.

A primeira onda, referente ao movimento do século XIX até o começo do século XX, centrou-se na luta pelo sufrágio das mulheres e nos direitos trabalhistas e educacionais, no Reino Unido e nos Estados Unidos. A intenção era romper com a ordem patriarcal, denunciando a desigualdade entre homens e mulheres, com o objetivo de conquistar direitos iguais e mais humanos para as mulheres (SILVA, 2002, apud OLIVEIRA; CASSAB, 2014).

A segunda onda, ocorrida da década de 1960 até meados da década de 1980, principalmente nos Estados Unidos, teve como foco a desigualdade das leis para homens e mulheres, desde as culturais até as relativas aos papéis atribuídos às mulheres na sociedade (SILVA, 2008).

A terceira onda, do fim da década de 1980 até o começo da década de 2000, é considerada uma continuação da segunda onda e veio, também, para corrigir as falhas nesta percebidas. Reflete acerca de abordagens micropolíticas preocupadas em determinar padrões de comportamento e de valores morais para cada mulher, abrangendo, também, a realidade de mulheres negras, em diferentes condições sociais e étnicas, que negociavam seu espaço,

marcado nas fases anteriores somente por mulheres brancas de classe média alta (ALVES; PITANGUY, 1985).

Segundo Silva e Camurça (2010), os movimentos feministas apresentam uma dimensão crítica da situação imposta histórico-socialmente às mulheres no mundo e visam a transformação da condição subalternizada das mulheres. O movimento feminista ajudou a estabelecer um novo paradigma para as mulheres, um olhar crítico que as convida a repensar as questões políticas e sociais que embasam a opressão que sofrem. Revela que tudo aquilo que é público atinge a vida pessoal e determina seus desejos, decisões e vontades, que não ocorriam apenas por mérito próprio, mas cerceados e moldados por fatores públicos e políticos.

Segundo Costa (2005), o feminismo utiliza o slogan "o pessoal é político". Tal bandeira, para Pateman (1996, apud COSTA, 2005, p. 2):

[...] chamou a atenção das mulheres sobre a maneira como somos levadas a contemplar a vida social em termos pessoais, como se tratasse de uma questão de capacidade ou de sorte individual [...] As feministas fizeram finca-pé em mostrar como as circunstâncias pessoais estão estruturadas por fatores públicos, por leis sobre a violação e o aborto, pelo status de "esposa", por políticas relativas ao cuidado das crianças, pela definição de subsídios próprios do estado de bem-estar e pela divisão sexual do trabalho no lar e fora dele. Portanto, os problemas "pessoais" só podem ser resolvidos através dos meios e das ações políticas.

Segundo Bento (2006, apud JESUS; ALVES, 2010), o conceito de gênero trabalhado pelo feminismo possibilitou a desconstrução de um modelo universal de mulher, abrindo a possibilidade para a construção das variadas identidades de gênero. Ainda nesse sentido, Jesus e Alves (2010, p. 2) afirmam:

O conceito de gênero existe no meio científico desde meados do século XX, a partir das considerações de John Money acerca dos papéis construídos socialmente para homens e mulheres, ao que ele apontou gênero como uma categoria que se refere ao conjunto de características que definem diferenças sociais entre homens e mulheres, diferenciando esse conceito do de sexo biológico e evidenciando que, nem sempre, as expectativas sociais relacionadas às pessoas nascidas com determinadas configurações biológicas (femininas ou masculinas) redundará (*sic*) na identificação com certo gênero (homem ou mulher).

Diante do exposto, o objetivo desta pesquisa é identificar de que forma a discussão desse tema tem sido inserida em estudos da Psicologia produzidos no Brasil nos últimos dez anos. Como objetivos específicos têm-se discutir as concepções de feminismos presentes nos artigos pesquisados, discutir as noções de gênero trazidas pelos autores e autoras, levantar as possibilidades de atuação da Psicologia em interface com o feminismo, bem como as motivações para o elo entre ambos.

## 2. MÉTODOS

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa, compreendendo a revisão bibliográfica de artigos científicos, que permite a obtenção de conhecimentos produzidos na área de modo ordenado e sintético, possibilitando ao leitor o acesso a grande diversidade e

complexidade de estudos relevantes num espaço reduzido de tempo (SAMPAIO; MANCINI, 2007).

Para a realização da busca bibliográfica, foi consultada a base de dados de Periódicos Eletrônicos em Psicologia (PEPSIC), visto que o objetivo é discutir as publicações científicas nessa área do conhecimento. Para atender aos objetivos desta pesquisa, foram selecionados apenas artigos produzidos no Brasil, publicados nos últimos dez anos (2006 a 2016). Não se consideraram os estudos que foram produzidos fora do Brasil e não tinham o português como idioma. Ademais, foram excluídos os estudos que não apresentavam texto completo disponível *on-line* de forma gratuita.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo que, segundo Bardin (2011), visa a uma descrição sistemática do conteúdo das comunicações, tendo por finalidade interpretá-las por meio de procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens. Nesse sentido, o processo de categorização do material analisado consiste em, segundo Campos (2004, p.614), agrupar o conteúdo em grandes “enunciados, que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou de proximidade, e que possam exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo.”

Nesta pesquisa, classificaram-se as categorias de análise por semelhança ou analogia, segundo critérios definidos no processo. Os conteúdos temáticos encontrados nos artigos pesquisados foram categorizados em definições de feminismo, noções de gênero e frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo.

### 3. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Na busca simples pelo descritor “feminismo” na base de dados PEPSIC, foram encontrados 17 artigos, dos quais apenas 12 satisfizeram o delineamento proposto pela pesquisa. Os artigos foram selecionados e, em seguida, foram identificados os temas mais relevantes abordados em cada publicação. A partir da identificação dos temas presentes em cada artigo, foi efetuada nova leitura de todo o material selecionado, e o conteúdo presente em cada um foi agrupado por categorias. Foram criadas as categorias de análise citadas acima e discutidas a seguir.

O Quadro 1 mostra os artigos selecionados com numeração fictícia, que será mencionada no decorrer da discussão.

Quadro 1 – Estudos selecionados.

	<b>Autor(a), Ano</b>	<b>Título do trabalho</b>	<b>Palavras-chave</b>
1	NAFFAF NETO (2011)	O lugar e a função do avô, aquele que é pai duas vezes: um estudo a partir de D. W. Winnicott.	Mercado de trabalho. Feminismo. Pai. Mãe. Avô. Avó.

2	OLIVA (2015)	A insistência do real na sexualidade: diferentes perspectivas da psicanálise e o feminismo.	Psicanálise. Feminismo. Gênero. Gozo. Diferença. Real.
3	TORRES & ADRIÃO (2014)	Feminismo em tempos de tecnocegonha: uma discussão acerca das novas tecnologias reprodutivas	Feminismo. Gênero. Novas tecnologias reprodutivas.
4	TIMM, PEREIRA & GONTIJO (2011)	Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política.	Feminismo. Psicologia, Violência contra mulheres. Clínica. Política.
5	COELHO & BAPTISTA (2009)	A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público.	Mulher. Política. Identidade feminina. Feminismo. Gênero.
6	NARVAZ & NARDI (2007)	Problematizações feministas à obra de Michel Foucault.	Feminismo. Estudos feministas. Gênero. Michel Foucault. Perspectivas androcêntricas.
7	PORCHAT (2014)	O corpo: entre o sofrimento e a criatividade.	Corpo. Transexualidade. Gênero. Teoria Queer.
8	SAAVEDRA (2013)	Psicologia vocacional e feminismo crítico: do passado ao futuro.	Escolha vocacional. Mulheres. Análise do discurso. Diversidade cultural.
9	NARVAZ & KOLLER (2007)	Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida	Terapia feminista. Feminismo. Terapia familiar. Gênero. Psicoterapias.
10	COELHO (2016)	Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais.	Movimento feminista. Mídias sociais. Teoria <i>Queer</i> . Movimentos sociais. Gênero.
11	NOGUEIRA (2006)	Os discursos das mulheres em posições de poder.	Mulheres. Liderança. Discursos. Feminismo. Poder.
12	FALCKE & ZORDAN (2010)	Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros.	Amor. Casamento. Sexo. Adulto jovem.

Fonte: Souza, Carone, Chamoun, Passos e Almeida (2016).

### 3.1 Definições de feminismo

No artigo 3, as autoras Torres e Adrião trazem a ideia de feminismo levantada por Rotania, que o define como um pensamento e ação política em um campo de incontestável riqueza teórica e prática:

Nasce como uma ética visceral singular, pois revê e questiona os conceitos e os valores que historicamente têm levado a ignorar as mulheres como sujeitos éticos e políticos plenos. Propõe a mudança das relações de poder hierárquicas entre homens e mulheres, a conquista dos direitos civis, políticos e sociais e o exercício da

autonomia plena em todos os domínios da vida social e pessoal (ROTANIA, 2006, apud TORRES; ADRIÃO, 2014, p. 60-61).

No artigo 6, os autores Narvaz e Nardi trazem a perspectiva de Foucault acerca do sujeito e, com base em Butler, sustentam que a crítica feminista desconstrói as suposições ilusórias sobre um sujeito autônomo e universal, estabelecendo que tal sujeito se define a partir de uma perspectiva androcêntrica e eurocêntrica. Além disso, destacam que o feminismo não problematiza só a teoria do sujeito, como o faz Foucault, “[...] mas denuncia a noção universalizante do sujeito a partir do sujeito masculino, que desconsidera a multiplicidade da experiência feminina, quer em sua forma particular de eroticidade, de racionalidade ou de suas práticas de resistência” (NARVAZ; NARDI, 2007, p. 54).

No artigo 9, as autoras Narvaz e Koller definem feminismo como um movimento que surge da luta das mulheres por direitos civis e políticos, que critica a cultura androcêntrica ocidental, propondo reflexões, debates, problematizando e produzindo concepções poderosas sobre a natureza humana e do sujeito desde suas origens. Apesar da diversidade de tendências e discursos, os feminismos convergem em um ponto, segundo as autoras: o de reconhecerem que “[...] homens e mulheres têm experiências diferentes e reivindicam que pessoas diferentes sejam tratadas não como iguais, mas como equivalentes” (NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 120).

Harding (1986, apud NARVAZ; KOLLER, 2007, p. 120) afirma que:

As feministas desafiaram as formas de produção do conhecimento e indagaram que visão de mundo o conhecimento representa e a que interesses está servindo, originando, na intersecção das lutas políticas com a academia, o campo das epistemologias feministas. A epistemologia feminista não é, entretanto, um domínio estável. Ao contrário, representa um espaço de contestação e de dúvida acerca do que é considerado “conhecimento”, quem o define e como se obtém, a partir de diferentes posicionamentos epistemológicos feministas.

Narvaz e Koller (2007) revelam ainda que os movimentos feministas se distinguiram dos movimentos de mulheres, pois denunciaram a negligência às questões específicas das mulheres, às discriminações sexistas e hierárquicas dentro das organizações de esquerda, que são historicamente masculinas e patriarcais (BLAY, 2001; COLLING, 1997; FERREIRA, 1996; SCHMIDT, 2004, apud NARVAZ; KOLLER, 2007).

No artigo 10, o movimento feminista é definido como um “[...] movimento social em prol da equiparação dos sexos quanto ao exercício de direitos civis e políticos. Esse é o objetivo central do movimento, embora o próprio conceito seja controverso e tenha dado origem a diversos posicionamentos” (NOGUEIRA, 2001, apud COELHO, 2016, p. 217). Ainda segundo a autora, atualmente a proposta central do movimento se refere ao estudo das relações de gênero, pensando de forma simultânea igualdade e diferença.

Discute-se a singularidade de mulheres no mundo capitalista, falocêntrico, racista e homofóbico, dentro de uma perspectiva plural. As questões feministas não se encerram em torno de “uma mulher”, como um sujeito único, mas de “mulheres”: brancas, negras, domésticas, índias, ricas, donas de casa, artistas, lésbicas, trans, entre tantas outras, que por serem diferentes e iguais sofrem iguais e diferentes opressões (COELHO, 2016, p. 217).

Diante do exposto, de acordo com Narvaz e Koller (2006), entende-se que, ao longo do tempo, o feminismo assumiu diversas formas e concepções que surgiram devido à intersecção dos movimentos de lutas de classes com as ideias feministas da época. O feminismo é um movimento que tem em seu cerne a problematização e a constante desconstrução de si mesmo, independente de sua geração ou fase. Devido a isso, é importante entender que essas gerações e fases ocorreram em épocas e contextos variados que, conforme suas especificidades, produziram diferentes demandas e possibilidades. “Não há, na atualidade, um só feminismo, unívoco e totalizante, mas vários feminismos” (NEGRÃO, 2002, apud NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 649).

Deve-se compreender que o sujeito do feminismo – isto é, as mulheres – é, assim como a subjetividade humana, mutável e em constante transformação. Esse sujeito não se encontra estático e é indomável, “[...] e não se aprisiona em nenhuma definição normativa” (ESMERALDO, 2006, p. 830). Não cabe ao feminismo ter apenas uma concepção, pois somente com a pluralidade de vertentes do feminismo é possível abarcar e representar as mulheres de diferentes dimensões sociais, raciais e econômicas.

Divergências que surgem das diferentes vertentes do feminismo são, acima de tudo, fatores de importância para garantir força a esses movimentos. A consonância de noções e conceitos advindos de estudos acadêmicos não deixam de ser relevantes, porém, devido à diversidade de aspirações e vivências femininas encontradas em diferentes gerações e lugares, a variabilidade conceitual do feminismo garante diferentes representatividades (COSTA, 2004).

Muito se diz sobre a heterogeneidade dos conceitos do movimento feminista, contudo, pode-se perceber um denominador comum entre as diferentes concepções trazidas pelos artigos selecionados, que é o fato de o movimento feminista ser, acima de tudo, uma ação política. De acordo com Rowland e Klein (1997, p. 12), o poder masculino é mantido e definido por meio de uma variedade de métodos: “[...] através de instituições no interior da sociedade, através da ideologia, através da coerção ou da força, através do controle de recursos e recompensas, através das políticas da intimidade, e através do poder pessoal”.

Segundo Costa (2004), o aspecto de ação política do feminismo se dá pelo fato de que a mulher e suas práticas sempre foram relegadas ao espaço privado, às práticas domésticas cotidianas e aos cuidados com a família, que, naturalizados como de responsabilidade feminina, servem como “prisões”. As lutas feministas convergem no momento em que as mulheres buscam uma saída do espaço privado para o espaço público, pois é esse espaço público e coletivo que permite mudanças e avanços no sentido de uma justiça social.

Dentro do feminismo, a vertente chamada de feminismo radical parte do princípio de que a origem da desigualdade social é devido ao patriarcado, a dominação do homem sobre a mulher. De acordo com Silva (2008, p.4), a Teoria de Patriarcado compreende que “os homens são os primeiros responsáveis pela opressão feminina e que o patriarcado necessita da diferenciação sexual para se manter como um sistema de poder, fundamentado pela explicação de que homens e mulheres seriam em essência diferentes”.

Conforme discutido anteriormente, compreende-se que é de extrema importância trazer para o meio científico diferentes definições de feminismo, demonstrando o que o feminismo

significa para cada autor. Afinal, com essas concepções é que cada autor produzirá novos saberes para a ciência que contribuam para novas práticas em Psicologia, em sintonia com a luta feminista. “Torna-se cada vez mais importante conhecer os implícitos do paradigma eleito, uma vez que este tem importantes implicações práticas na condução da investigação” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

### 3.2 Noções de gênero

Apresentar a questão do gênero torna-se necessário, visto que esse dispositivo tem sido hoje o ponto central da luta feminista.

No artigo 3, Torres e Adrião (2014) trazem a definição de gênero levantada por Nicholson (2000), que estabelece dois usos para o termo: o primeiro está ligado ao contraponto do sexo biológico com o que é socialmente construído; o segundo diz respeito ao que foi socialmente construído para o que é tido como “masculino” e “feminino”. As autoras citam ainda a filósofa Judith Butler (2008), que faz uma crítica à concepção de que ao “sexo” estão associados comportamentos e atitudes que determinam e diferenciam os corpos masculinos e femininos. “Nesse sentido, pensarmos em ‘corpos femininos’ e ‘corpos masculinos’ dissociados de uma interpretação social torna-se impossível e, por essa razão, pensarmos ‘sexo’ independente de ‘gênero’ também” (TORRES; ADRIÃO, 2014, p. 6-7).

O artigo 10 traz a definição de gênero contida no livro “Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade”, também da autora Butler (2012), que conceitua gênero como um ato, isto é, está ligado à performatividade. Sua crítica propõe uma desconstrução do binarismo homem x mulher, masculino x feminino, além de questionar o que compõe essas identidades. Para Butler (2012, apud Coelho, 2016), a luta do feminismo, acima de tudo, caracteriza-se pela desconstrução desses papéis.

No artigo 7, Porchat indaga sobre as experiências subjetivas de gênero e se utiliza de Butler para não só aproximar a psicanálise da teoria queer, mas também para demonstrar como a linguagem é incapaz de significar um corpo por completo, sendo importante a psicanálise para que a mesma problematize seus conceitos e modos de atuação, no caminho de uma ética que promova aceitação das diferentes vivências de gênero.

Haveria um reduto último, uma substância primeira, a partir da qual o conhecimento sobre o corpo se constrói? Sim e não. Existe um corpo, mas a linguagem não o traduz por inteiro. Neste sentido, não pode haver uma verdade imutável, um campo de significações universais. Para Butler, é essa tensão que permite a aceitação das mudanças do corpo e a transformação do simbólico. (PORCHAT, 2013 apud PORCHAT, 2014, p. 114)

Os artigos 3 e 5 trazem ideias semelhantes com relação aos papéis atribuídos à mulher, papéis determinantes para sustentar o seu lugar subjugado. À mulher foram atribuídas funções do privado, como cuidados da casa e dos filhos, além de características, como fragilidade e sensibilidade, determinantes para o que se considerava feminino. Assim, aos homens eram atribuídas características, como a força e o espírito aventureiro, que se ligavam à sua participação no mercado de trabalho e em assuntos políticos. Essa divisão de papéis tornou possível o domínio do homem sobre a mulher, disfarçando-o sob a capa de proteção (ROCHA-COUTINHO, 1994, apud COELHO; BAPTISTA, 2009).



O artigo 2 levanta a discussão acerca da noção de gênero proposta por Butler (2004), de que essa é a repetição de atos dependentes de convenções sociais que nos tornam mulheres e homens. Portanto, a definição de *queer* tem, acima de tudo, uma conotação política de desestabilizar esses mesmos atos que parecem ser fixos.

Acerca da Teoria *Queer* e pensando por meio da concepção de Butler, Louro (2001, p. 546) traz:

[...] *queer* significa colocar-se contra a normalização – venha ela de onde vier. Seu alvo mais imediato de oposição é, certamente, a heteronormatividade compulsória da sociedade; mas não escaparia de sua crítica a normalização e a estabilidade propostas pela política de identidade do movimento homossexual dominante. *Queer* representa claramente a diferença que não quer ser assimilada ou tolerada e, portanto, sua forma de ação é muito mais transgressiva e perturbadora.

Entretanto, em contraponto às noções de gênero trazidas pelos artigos expostos, o artigo 1, baseado nos ensinamentos psicanalíticos de Winnicott, levanta que a distinção entre os gêneros, homem e mulher, não só faz parte da natureza humana como é “[...] essencial ao crescimento e desenvolvimento saudável do rebento humano” (NAFFAF NETO, 2011, p. 8). O não cumprimento desses papéis causa confusão no estabelecimento de funções para pai e mãe, avô e avó, por exemplo, ao se pensar o contexto familiar levantado pelo autor.

Apesar disso, o artigo 2, que também apresenta uma visão psicanalítica, não compactua com os mesmos preceitos relacionados aos papéis estabelecidos para homens e mulheres. Para a autora, a descoberta de que a mulher não necessita da figura do falo, seja pela negação de uma diferença entre os sexos, seja pela distribuição mais igualitária dos papéis entre homem e mulher, além de uma aceitação e descoberta do prazer em si mesma, é um caminho que permitirá a existência de uma sexualidade mais livre e menos dependente da figura masculina (OLIVA, 2015).

O artigo 4, baseado em atendimentos a mulheres em situação de violência, traz relatos de mulheres que experienciaram agressões e levanta a questão da cultura patriarcal, que olha para a mulher sob a ótica masculina, o que a faz enxergar-se sempre atrelada à perspectiva masculina, deixando-a desamparada e conformada com a sua situação marginalizada.

A universalização e a naturalização dos papéis de gênero na cultura ocidental atribuíram às mulheres um lugar simbólico de resignação, responsabilidade sobre as estruturas ideais de família, incluindo a filiação e a maternidade, e de investimento permanente para se fazerem perceptíveis e atraentes ao olhar de um homem. A mulher, nessa cultura patriarcal ocidental, constitui-se pelo olhar do homem, sentindo-se profundamente desamparada quando não é notada e muitas vezes se conformando com a cena familiar ou conjugal violenta para ‘não ficar sozinha’. Esta última foi uma fala recorrente nas mulheres entrevistadas (TIMM; PEREIRA; GONTIJO, 2011, p. 254).

Nesse sentido, Sheila Jeffreys, professora na Universidade de Melbourne, na Austrália, em seu livro *Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism* (O gênero fere: uma análise feminista das políticas da transgeneridade, em tradução livre, 2014), resenhado por Lamarão (2015), traça o surgimento do termo gênero. Jeffreys mostra que o termo foi criado quando recém-nascidos intersexo surgiram, ou seja, crianças que possuíam ambos os sexos, feminino e masculino, com caracteres sexuais de ambos. Dessa forma, a fim de

normatizá-las, os médicos criaram a categoria gênero feminino e masculino, numa tentativa de enquadrá-las em algum dos sexos.

De acordo com Silva (2008), Simone de Beauvoir foi a primeira feminista a analisar a situação da mulher na perspectiva do conceito de gênero. Ela faz a crítica ao “[...] determinismo biológico, às abordagens psicologizantes e ao materialismo histórico, argumentando que a mulher é uma construção social historicamente determinada, construída no pensamento ocidental como 'o outro’” (SARDENBERD et al., 2000, apud SILVA, 2008, p. 6).

Segundo Berenice Bento (2011), no momento em que é dada a classificação de menino/menina a uma criança, não se está simplesmente descrevendo a realidade, mas, sim, materializando comportamentos, subjetividades e expectativas baseadas em uma norma de gênero. O natural não existe, o natural se perde no meio do já estabelecido pela cultura; o que existia ali, o que se pode chamar de “original”, já foi mascarado pela vivência em estruturas e dispositivos que determinam o certo e o errado, o que é homem e o que é mulher. “O gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais” (BENTO, 2011, p. 550).

Para propor intervenções que promovam reflexão e, principalmente, mudanças nas relações de gênero que regem os comportamentos, a Psicologia deve analisar o desenrolar dos processos e práticas que fizeram e ainda fazem parte de nossa socialização e que, por serem apresentados pelas teorias de gênero, determinam nossa formação como sujeitos, carregando consigo os estereótipos do que é ser homem ou mulher. Portanto, reconhecer esses papéis é ter conhecimento sobre a realidade em que os sujeitos se encontram. Conseqüentemente, conhecer essa realidade é entender as forças formadoras desses sujeitos.

Para além disso, de acordo com Fagundes et al. (2009), a importância da temática gênero para a Psicologia se dá como um compromisso social que esta deve ter com a sociedade e os direitos humanos, quando se tratar de diferenças entre homens e mulheres, de modo a não contribuir para o sustento do lugar subalternizado e inferior das mulheres. Para isso, há que se promover discursos que questionem o lugar da mulher, a fim de desconstruir estruturas e práticas sociais que legitimam a desigualdade entre homens e mulheres resultante de um binarismo de gênero.

### **3.3 Frentes de atuação e justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo**

A Psicologia está presente em diversos campos de atuação e apresenta variados conceitos. Em se tratando de feminismo, que também dispõe de diversas vertentes, é interessante se pensar de que maneira as diferentes áreas da Psicologia se apropriam dos conceitos feministas para realizar seus trabalhos de acordo com o Código de Ética, as novas visões de gênero e as questões específicas, como a de mulheres em contexto de violência doméstica.

O artigo 11 usa uma perspectiva feminista com a intenção de compreender os discursos de mulheres que ocupam posições de liderança, posições claramente contraditórias do ponto de vista estereotipado de gênero, e o modo como essas mulheres equacionam esse seu percurso. Os autores entendem que essas mulheres ocupam posições que as identificam com

uma subjetividade masculina, subjetividade que as coloca em local privilegiado e complexo de construção de subjetividade feminina. Portanto, é importante saber que caminho é esse construído por elas para fugir de uma ideologia dominante sobre os papéis femininos.

O artigo 9 trata da chamada terapia feminista familiar, que promove a inclusão das temáticas de gênero e relações de poder à prática terapêutica, pois entende que essas questões são fundamentais para desconstruir e quebrar conceitos e comportamentos sexistas existentes na terapia em seus aspectos teóricos e também práticos. Compromete-se também com a mudança social e o empoderamento promovido pelo feminismo, lutando contra o patriarcado e as definições de gênero tradicionais existentes no ambiente familiar.

Alguns artigos explicitam claramente a justificativa para a união entre Psicologia e feminismo, como, por exemplo, o artigo 10, que ressalta a importância de fomentar debates e discussões em sala de aula sobre temas relacionados ao feminismo, como gênero, relações de poder e visões de mundo, mesmo que divergentes. Dessas discussões propostas pela autora em sala de aula surgiriam representações, na maioria das vezes, negativas em relação ao que se considerava feminismo, por isso, seria importante entender que feminismo é esse das redes sociais que aparenta ser tão agressivo e pouco agregador. Portanto, considera-se um compromisso social o papel da Psicologia na Academia de propor o debate e a discussão de ideias para que se construa um feminismo mais libertário, empoderador e conscientizador.

O artigo 8 une Psicologia Vocacional ao feminismo e entende que, por muito tempo, a área da Orientação Profissional vagou por um caminho de reprodução de estereótipos, no qual a minoria não tinha voz. Dessa forma, compreende a necessidade de ampliação desses horizontes, dando foco à diversidade em diferentes âmbitos, tornando de suma importância o engajamento e envolvimento dos profissionais de Psicologia às ideias e anseios dos movimentos sociais. Com isso, será possível formar, então, uma frente que apoie tais movimentos, responsável por uma mudança profunda institucional e política.

A justificativa do artigo 7 para o entrelaçamento do saber psicológico às teorias feministas, principalmente a Teoria Queer, reside no fato de que, por meio de um questionamento das novas representações do uso do corpo na contemporaneidade, se deve indagar a ética psicanalítica, para que se propicie maior liberdade para acompanhar as mudanças nas vivências de gênero e sexo.

Nosso objetivo não é outro, senão o de colocar em xeque a ética que orienta a prática psicanalítica, no sentido de propor uma liberdade que nos parece ser necessária para acompanhar as vivências de gênero e de sexo, assim como as experiências corporais que denunciam os limites dos discursos médicos, jurídicos, religiosos, psicológicos e, certamente, também psicanalíticos (PORCHAT, 2014, p. 112).

No decorrer da pesquisa, foram identificadas, nos artigos 4, 7, 8 e 9, frentes de atuação específicas da Psicologia que modificaram seus preceitos de forma nuclear, devido à incorporação de conceitos e ideais feministas, como a criação de uma clínica onde o foco é o apoio à mulher, vítima de violência doméstica, dando mobilidade às experiências subjetivas que encontram possibilidade de mudança no encontro com outros contextos similares. Há, também, a clínica psicanalítica que se utiliza da desconstrução da sacralidade do corpo, apoiada na Teoria *Queer*, para produzir uma psicanálise que acompanhe as mudanças atuais

nas vivências dos corpos. Além disso, há a terapia vocacional, que faz uso da luta feminista diariamente, ao tentar “quebrar” a “caixinha” dos gêneros e seus papéis, e entende que a não reprodução desses estereótipos é um compromisso da Psicologia para com as injustiças sociais. Por último, a criação de uma clínica específica, voltada diretamente para a desconstrução das imposições culturais em que vivemos, a chamada Terapia Feminista da Família, que não tem o objetivo de criar uma nova Terapia da Família, mas, sim, de adequar a prática terapêutica às questões levantadas pelo feminismo.

A Psicologia, assim como qualquer outra ciência, tem seus métodos de investigação e sua epistemologia. Apesar de outros campos de saber, como a antropologia, a sociologia e a filosofia, também tratarem do tema feminismo e terem sua importância para o desenvolvimento do aporte teórico, as diferentes áreas problematizam uma mesma questão de formas diferentes, podendo ser conduzidas, então, a resultados diferentes. Assim, torna-se importante que a Psicologia, como ciência que estuda a subjetividade do ser humano, se destine ao estudo da luta feminista, a fim de produzir novas práticas e novas problematizações que contribuam para a igualdade entre homens e mulheres (SHIFE; WILLIAMS, 1995, WILKINSON, 1986, apud NARVAZ; KOLLER, 2006).

De acordo com Andrade e Morato (2004, p. 345), durante as décadas de 1960 e 1970, “[...] as questões políticas não eram priorizadas nos discursos e práticas dos psicólogos. A Psicologia era valorizada em seus aspectos técnicos e científicos, alienada do processo histórico e político no qual estava inserida”. Como se tratava de um serviço oferecido à população, a Psicologia trabalhava de modo a compactuar com os poderes instituídos. Entretanto, entende-se hoje que, assim como as atividades humanas, “[...] não é mais possível, destarte, dissociar teoria e método, tampouco negligenciar os aspectos epistemológicos, ideológicos e éticos envolvidos na escolha de um paradigma de pesquisa” (NARVAZ; KOLLER, 2006, p. 648).

Dito isso, a justificativa para o encontro entre Psicologia e feminismo pauta-se nos preceitos éticos de não sustentar nenhum tipo de discriminação, preconceito, desigualdade, opressão ou negligência, além de romper com as formas de poder e dominação vigentes na sociedade que sustentam os lugares ocupados por homens e mulheres.

É importante que a Psicologia assuma, como categoria de pesquisa, que suas escolhas são, afinal, políticas e condizem com as práticas no lugar em que está inserida, ainda que haja uma crítica daqueles que detêm a hegemonia dos espaços de saber, que tendem a pormenorizar os saberes advindos do feminismo (HARDING, 1991, apud NARVAZ; KOLLER, 2006).

Por fim, também como dimensão ética, emerge a função inerente ao psicólogo de promover e acolher as produções comunitárias, a fim de desconstruir conceitos enraizados como fatores de desigualdades e exclusões sociais. Possibilitar a modificação das problemáticas advindas das coletividades, além de ser um contribuinte direto para a transformação da realidade, é o que se apresenta como a ética do psicólogo (ANDRADE; MORATO, 2004).

#### 4. CONCLUSÃO

Com esse artigo pretendeu-se fazer um levantamento das produções da Psicologia nos últimos dez anos em face do feminismo, buscando entender a definição de feminismo que cada autor trouxe, além de suas noções de gênero, pois é com base nelas que se produzem as subjetividades referentes à mulher e ao homem. Em todos os artigos que abordam o feminismo, o gênero aparece no cerne da discussão, pois é a partir do que se entende como gênero que há a formação dos estereótipos que definirão os sujeitos. Por isso, só haverá transformação quando reconhecermos esses papéis construídos e suas consequências nas subjetividades da mulher e do homem, identificando as divergências e imposições desse estereótipos.

Como ciência também política, a Psicologia atinge o ser humano em seu espaço público, envolvendo os aspectos histórico-culturais que o circundam. Por isso, compreende o homem como inserido em um meio com o qual estabelece mútuas trocas. Dessa forma, a Psicologia há que se firmar como uma força transformadora de instituições e poder vigentes, pois estes, muitas vezes, são causadores de injustiças sociais e cristalizadores de supostas certezas que determinam subordinações e desigualdades.

Portanto, configura-se como um compromisso social com a sociedade o elo entre Psicologia e feminismo, uma vez que este último luta por igualdade e extinção do lugar subjugado das mulheres, fazendo valer os preceitos éticos do manual que rege a profissão de psicólogo.

É de suma importância destacar que a produção acadêmica encontrada na plataforma escolhida não reflete a totalidade do movimento, pois é possível concluir que o movimento social feminista ainda está se alinhando ao movimento acadêmico e é com essa união que a produção de conhecimento pode gerar mudanças sociais.

Por fim, cabe ressaltar que há pouca produção acerca do tema no meio acadêmico, sendo relevante trazer para a Academia tais discussões, uma vez que a ciência, atualmente, tem papel fundamental na formação de novas práticas e visões que contribuem para a quebra de paradigmas e avanços na compreensão do que é ser humano, colaborando com uma formação pautada na crítica às injustiças sociais e os problemas que derivam da mesma no Brasil.

#### REFERÊNCIAS

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. São Paulo: Abril Cultural Brasiliense, 1985.

ANDRADE, A. N. de; MORATO, H. T. P. Para uma dimensão ética da prática psicológica em instituições. **Redalyc**, Natal, v. 9, n. 2, p. 345-353, 2004. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=26190217>>. Acesso em: 5 out. 2016.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENTO, B. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, 2011. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2011000200016&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 ago. 2016.

CAMPOS, C. J. G. Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde. **Revista Brasileira de Enfermagem**, Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, 2004. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 10 out. 2016.

COELHO, L. M.; BAPTISTA, M. A história da inserção política da mulher no Brasil: uma trajetória do espaço privado ao público. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 9, n. 17, p. 85-99, 2009. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2009000100006&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

COELHO, M. P. Vozes que ecoam: feminismo e mídias sociais. **Pesquisas e Práticas Psicossociais**, São João del-Rei, v. 11, n. 1, p. 214-224, 2016. Disponível em:

<[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082016000100017&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

CONCEIÇÃO, A. C. L. Teorias feministas: da “questão da mulher” ao enfoque de gênero. **Revista Brasileira de Sociologia da Emoção**, v. 8, n. 24, p. 738-757, 2009. Disponível em: <[http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao\\_art.pdf](http://www.cchla.ufpb.br/rbse/Conceicao_art.pdf)>. Acesso em: 18 out. 2016.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de ética profissional dos psicólogos**. Brasília, 2005.

COSTA, A. A. A. O movimento feminista no Brasil: dinâmicas de uma intervenção política. **Revista Gênero**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, p. 1-20, 2005. Disponível em:

<<http://www.revistagenero.uff.br/index.php/revistagenero/article/view/380/285>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

COSTA, S. G. Movimentos feministas, feminismos. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 12, p. 23-36, 2004. Número especial. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2004000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2016.

ESMERALDO, G. G. S. L. O feminismo no plural: para pensar a diversidade constitutiva das mulheres. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 829-831, 2006.

Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-026X2006000300018&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2006000300018&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 4 out. 2016.

FAGUNDES, A. L. M.; et al. Gênero e psicologia: um debate em construção no crp-03. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOLOGIA SOCIAL, 15., 2009, Maceió. **Anais...** Salvador: Abrapso, 2009. [GT CRP-03]. Disponível em: <[http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais\\_XVENABRAPSO/500.%20g%CAnero%20e%20psicologia.pdf](http://www.abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/500.%20g%CAnero%20e%20psicologia.pdf)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

FALCKE, D.; ZORDAN, E. Amor, casamento e sexo: opinião de adultos jovens solteiros. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**, Rio de Janeiro, v. 62, n. 2, p. 143-155, 2010. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-52672010000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672010000200013&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

JESUS, J. G.; ALVES, H. Feminismo transgênero e movimentos de mulheres transexuais. **Revista Cronos**, Natal, v. 11, n. 2, 2010. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/2150>>. Acesso em: 25 set. 2016.

JEFFREYS, S. Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism. Londres: Routledge Taylor, 2014. Resenha de: LAMARÃO, F. G. Gender hurts: a feminist analysis of the politics of transgenderism, de Sheila Jeffreys. **Revista Direito e Práxis**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 10, p. 729-733, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaceaju/article/view/15432/11727>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

LOURO, G. L. Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 541-553, 2001. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2001000200012>>. Acesso em: 1.º nov. 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Metodologias feministas e estudos de gênero: articulando pesquisa, clínica e política. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 3, p. 647-654, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722006000300021&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 25 ago. 2016.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Feminismo e terapia: a terapia feminista da família - por uma psicologia comprometida. **Psicologia Clínica**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 117-131, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652007000200009&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 22 set. 2016.

NARVAZ, M.; NARDI, H. C. Problematizações feministas à obra de Michel Foucault. **Revista Mal-Estar e Subjetividade**, Fortaleza, v. 7, n. 1, p. 45-70, 2007. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1518-61482007000100005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 30 set. 2016.

NAFFAF NETO, A. O lugar e a função do avô, aquele que é pai duas vezes: um estudo a partir de D. W. Winnicott. **Winnicott e-Prints**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 1-15, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-432X2011000200001&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-432X2011000200001&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 set. 2016.

NOGUEIRA, M. da C. de O. C. Os discursos das mulheres em posições de poder. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, São Paulo, v. 9, n. 2, p. 57-72, 2006. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1516-37172006000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172006000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 1.º out. 2016.

OLIVA, M. L. de la. A insistência do real na sexualidade: diferentes perspectivas da psicanálise e o feminismo. **Stylus** (Rio J.), Rio de Janeiro, n. 30, p. 79-99, 2015. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1676-157X2015000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-157X2015000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 26 set. 2016.

OLIVEIRA, L. P. R. de; CASSAB, L. A. O movimento feminista: algumas considerações bibliográficas. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. **Anais...** Londrina, 2014. [GT10 Teorias Feministas]. Disponível em: <[http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10\\_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf](http://www.uel.br/eventos/gpp/pages/arquivos/GT10_La%C3%ADs%20Paula%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20e%20Latif%20Cassab.pdf)>. Acesso em: 13 ago. 2016.

ONU Mulheres Brasil. ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução. **Nações Unidas no Brasil**, Brasília, 12 abr. 2016.

Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/onu-feminicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>>. Acesso em: 6 out. 2016.

PORCHAT, P. O corpo: entre o sofrimento e a criatividade. **Revista Epos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 112-130, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2014000100007&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

ROWLAND, R.; KLEIN, R. Radical feminism: history, politics, action. In: BELL, D.; KLEIN, R. (Ed.). **Radically speaking: feminism reclaimed**. North Melbourne, Vic: Spinifex, 1997. p. 9-17. Disponível em: <<https://materialfeminista.milharal.org/2013/07/25/traducao-feminismo-radical-historia-politica-acao-parte/>>. Acesso em: 10 set. 2016.

SAMPAIO, R. F.; MANCINI, M. C. Estudos de revisão sistemática: um guia para síntese criteriosa da evidência científica. **Revista Brasileira de Fisioterapia**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 83-89, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-35552007000100013&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 out. 2016.

SAAVEDRA, L. Psicologia vocacional e feminismo crítico: do passado ao futuro. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, São Paulo, v. 14, n. 1, p. 7-17, 2013. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1679-33902013000100003&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-33902013000100003&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 23 set. 2016.

SILVA, C.; CAMURÇA, S. **Feminismo e movimentos de mulheres**. Recife: SOS Corpo, 2010. Disponível em: <<http://soscorpo.org/wp-content/uploads/Feminismo-e-Movimento-de-Mulheres-2013-2a-edi%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em: 17 set. 2016.

SILVA, E. R. da. Feminismo radical - pensamento e movimento. **Travessias - Educação, Cultura, Linguagem, Paraná**, v. 2, n. 3, p. 1-14, 2008. Disponível em: <[http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed\\_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO\\_RADICAL.pdf](http://www.unioeste.br/prppg/mestrados/letras/revistas/travessias/ed_004/artigos/cultura/pdfs/FEMINISMO_RADICAL.pdf)>. Acesso em: 27 ago. 2016.

TIMM, F. B.; PEREIRA, O. P.; GONTIJO, D. C. Psicologia, violência contra mulheres e feminismo: em defesa de uma clínica política. **Revista Psicologia Política**, São Paulo, v. 11, n. 22, p. 247-259, 2011. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2011000200005&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 29 set. 2016.

TORRES, K. de A.; ADRIÃO, K. G. Feminismo em tempos de tecnocegonha: uma discussão acerca das novas tecnologias reprodutivas. **Revista Psicologia e Saúde**, Campo Grande, v. 6, n. 1, p. 56-63, 2014. Disponível em: <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S2177-093X2014000100008&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2177-093X2014000100008&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 27 set. 2016.



## **ATRIBUIÇÕES DO PSICÓLOGO NO TRABALHO PSICOSSOCIAL DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CRAS): FUNÇÕES E TAREFAS**

Guilherme Frederico Grijó de Azevedo Neto<sup>1</sup>; Laura Paste de Almeida<sup>2</sup>.

1. Acadêmico do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

2. Psicóloga, Mestrado em Psicologia Institucional pela UFES – Universidade Federal do Espírito Santo. Docente do curso de Psicologia da Faculdade Brasileira – MULTIVIX Vitória.

### **RESUMO**

Esse artigo buscou compreender as atribuições do profissional de Psicologia, no contexto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), na proteção social básica realizada nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Para tal, realizou-se pesquisa bibliográfica na base de dados Scielo, com os descritores CRAS e Psicologia, além de pesquisa documental com sete documentos oficiais sobre a temática em questão e da Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Considerando a recente inserção da Psicologia no campo de atuação na Assistência Social, e ainda o fato de que as formações acadêmicas não forneceram o escopo teórico metodológico necessário para que se adentre nesse espaço institucional de forma satisfatória, é necessário que se diferenciem categorias de funções e tarefas para a atuação desse profissional, elencando quais delas são as mais proeminentes. Os dados foram analisados a partir da Análise de Conteúdo, e as categorias criadas - Coordenação de Grupos, Visita Domiciliar e Atendimento individual/familiar - remetem às atribuições do profissional de Psicologia no acompanhamento familiar realizado nos CRAS mais discutidas nas pesquisas bibliográfica e documental. Conclui-se que, em vista dos aspectos analisados, ainda há dificuldade em definir qual é o papel do Psicólogo no CRAS, suas atribuições e o compromisso social que este profissional deve priorizar em suas ações, sendo necessário maior número de publicações acerca do tema.

**Palavras-chave:** CRAS, SUAS, Psicologia, Proteção Social Básica.

### **ABSTRACT**

This article has the objective understand the assignments of Professional Psychology in the context of the Social Assistance System (SUAS), on basic social protection held in the Social Assistance Reference Centers (CRAS). To this intent, it was made bibliographical research in the Scielo database, with the descriptors CRAS and psychology, in addition to documentary research with seven official documents, on the subject in question, linking them to the National Policy of Social Assistance (PNAS). Considering the recent insertion of Psychology in the field of Social assistance, and the fact that the Academic graduations do not provide the theoretical-methodological scope necessary for enter in this institutional space in a satisfactory way, it is necessary to differentiate categories of functions and tasks for this professional, listing which are the most prominent. Data were analyzed based on the analysis of content and categories created - coordination of groups, and individual Care/home family service, refer to the duties of the Psychology professional, in CRAS, more discussed, in bibliographical and documentary researches. It is concluded that, considering the analyzed aspects, there is a large difficulty to define what is the role of the Psychologist in the CRAS, its assignments and the social commitment that this professional should prioritize in their activities, requiring a greater number of publications about the subject.

**Keywords:** CRAS, SUAS, Psychology, Basic Social protection.

### **1. INTRODUÇÃO**

No final da década de 1990 e início dos anos 2000, a profissão de Psicólogo se ampliou de forma significativa no Brasil, com sua inserção em diversas esferas de atuação profissional no mercado de trabalho, com ênfase nas áreas de Assistência Social, Saúde e Segurança Pública. Tal realidade possibilitou a categoria desses profissionais um maior protagonismo acerca de suas práticas de atuação nesses espaços institucionais, rompendo com a prática

da psicoterapia clínica realizada apenas em consultórios particulares (MACEDO, et.al., 2011).

Especialmente a partir da implantação do Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em 2005, por intermédio do atual Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), a Assistência Social, historicamente vinculada à caridade e ao assistencialismo, passa por um novo ordenamento de suas políticas, sendo as suas estratégias e projetos pautados nas diretrizes e emendas da Constituição Federal de 1988 e na Lei Orgânica de Assistência Social (BRASIL, 1993). Assim, o SUAS tem por objetivo a gestão das propostas da Assistência Social no campo da Proteção Social brasileira, de forma que, mediante a realidade social, possa atender famílias e indivíduos que vivem em situação de vulnerabilidade social em seus territórios (BRASIL, 2004).

Para gerir todas as propostas que a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) propõe, categoriza-se o coletivo atendido, levando em conta os aspectos das desigualdades socioterritoriais, visando o seu enfrentamento, de forma a garantir os direitos básicos, provendo contingências satisfatórias para que esses possam ser alcançados e lutando constantemente pela universalização dos direitos sociais, quebrando com os paradigmas do assistencialismo (BRASIL, 2004).

A Proteção Social se divide em níveis de complexidade: básica, média e alta complexidade, cada uma dela voltada para um público específico. Na média e alta complexidade, são atendidos indivíduos que tiveram seus direitos básicos violados e estão passando por algum tipo de violência, ou, ainda, perderam ou fragmentaram-se os vínculos sociais, familiares e comunitários. Sendo assim, o Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), equipamento público responsável por gerir a atuação no âmbito da proteção básica, tem por objetivos a prevenção das situações de vulnerabilidade e risco no qual o sujeito, sua família e o coletivo em que está inserido se encontram, desenvolvendo suas potencialidades, despertando seu protagonismo social frente às demandas do cotidiano e fortalecendo os vínculos basilares e comunitários (BRASIL, 2009).

A partir do ano de 2005, oficializa-se a entrada da profissão de Psicólogo na Assistência Social e no SUAS. De acordo com a Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS, NOB-RH/SUAS (BRASIL, 2007), reconhece-se a necessidade do trabalho interdisciplinar na Assistência Social, e o profissional de Psicologia passa a ser parte fundamental da composição do corpo técnico dos Centros de Referência da Assistência Social – CRAS. (BRASIL, 2006) Nesse contexto, o profissional de Psicologia, incorporado na equipe multidisciplinar dos CRAS, é responsável pelo atendimento das famílias no território de inserção, de forma a garantir os direitos e a seguridade social de seus municípios.

Do contexto clínico para o contexto psicossocial, é fundamental que os profissionais que atuam dentro do CRAS, e executam seu trabalho na Proteção Básica, encontrem em suas práticas formas de potencializar suas ações, de modo a garantir a execução desse trabalho. Segundo Macedo e Dimenstein (2009), a prática do psicólogo nesses espaços deve ser pautada nos princípios da intersetorialidade das ações, exercendo uma comunicação com os demais equipamentos de saúde, assistência e educação e do fortalecimento de vínculos com a comunidade, de forma a estimular a participação social, não deixando de contextualizar tais práticas e adequá-las à realidade que o permeia.

O trabalho do psicólogo procura garantir a inclusão e a equidade dos sujeitos e grupos, favorecendo e ampliando o acesso aos bens e serviços socioassistenciais básicos. Para tanto, executa-se prioritariamente nos CRAS o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF). Uma das propostas deste serviço é a realização do acompanhamento familiar, com caráter de ações continuadas, que visa fortalecer o núcleo familiar com a contrapartida de todos os seus membros, de modo a fortalecer o potencial de cada indivíduo no seio familiar, promover sua autonomia financeira e pessoal e romper com as normativas sociais que mantêm os ideais de pobreza, exclusão e marginalização de determinada classe social (BRASIL, 2006).

Para Trindade e Teixeira (1998, apud SILVA; CORGOZINHO, 2011, p.13), a inserção do psicólogo na atenção básica, como é o caso dos CRAS, “é um importante ponto de partida para o desenvolvimento das comunidades, pois é através do bem-estar dos sujeitos e dos grupos sociais que se pode construir a autonomia destes, proporcionando sua inserção na sociedade de forma digna”.

Conforme aponta Yamamoto (2007, p. 35), “a atuação do psicólogo no setor público, por si só, não representa um indicador do compromisso social do profissional”. No contexto do SUAS, é de fundamental importância que o profissional de Psicologia esteja atento e saiba qual papel está ocupando e desempenhando dentro da instituição ou equipamento no qual trabalha. Pensamento crítico se faz necessário cotidianamente, de modo a exercer esse papel dentro dos princípios éticos que norteiam a prática psi. Então, é necessário que a prática psicológica não tenha caráter fiscalizatório ou policialesco, de forma a reprimir, julgar e/ou condenar indivíduos e famílias. As intervenções devem ser estratégicas, de forma a possibilitar ao coletivo atendido o aflorar do pensamento crítico sobre a realidade que o rodeia e, desse modo, desenvolver o papel de protagonista de sua própria história (CREPOP, 2013).

A partir de um estágio desenvolvido na área da Psicologia Social Comunitária em um CRAS, no município de Vitória, no Espírito Santo, no período de janeiro de 2016 a outubro do corrente ano, foi possível elencar determinados pontos que foram observados no cotidiano do trabalho do psicólogo. Devido a uma equipe reduzida, com poucos recursos físicos e institucionais e uma série de atribuições, foram observados e experienciados alguns entraves de ordem burocrática que dificultam o trabalho dos profissionais dentro do CRAS.

Percebe-se que as contingências territoriais e de recursos humanos, associadas a uma constante demanda da Gestão Municipal de Assistência Social, desfavorecem o trabalho dos profissionais de Psicologia no CRAS, muitas vezes desmotivando o trabalho da equipe e criando uma egrégora negativa sobre o trabalho socioassistencial, que se estende e se perpetua para os novos profissionais que chegam nessa área e já são “contaminados” com o pesar, a desmotivação e a negatividade dos profissionais já instalados em um sistema falho de gestão.

Diante dessa realidade, é objetivo deste artigo discutir, a partir de pesquisa bibliográfica e documental, algumas das diversas atribuições do profissional de Psicologia no contexto do acompanhamento familiar da Proteção Básica no SUAS, refletindo sobre a realidade da prática profissional nesses espaços institucionais. Objetiva-se também explicitar a importância de tais atribuições no trabalho psicossocial dentro dos CRAS, de forma a entender qual o viés do trabalho do psicólogo e como tais intervenções contribuem para o despertar de consciência

dos sujeitos acerca dos perfis de vulnerabilidade identificados e como superá-los, além de buscar compreender qual é a práxis norteadora de um trabalho psicossocial, em dissonância com a prática psicoterapêutica, não prevista dentro do contexto CRAS/SUAS.

Esta pesquisa se justifica pela recente conquista de espaço institucional da atuação do psicólogo no SUAS/CRAS, visto que, apesar dessa abertura, segundo Silva e Corgozinho (2011, p.12), a formação em Psicologia não prepara os profissionais “de modo irrestrito para esse trabalho, pois não há referenciais teórico-metodológicos específicos capazes de suprir os afazeres do profissional nesse campo, devido à implantação do SUAS ser muito recente”. Para que tipo de trabalho social a psicologia colabora? Como a prática psi pode ser importante para o trabalho de combate à pobreza e às diversas vulnerabilidades sociais?

## 2. MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa exploratória, com abordagem qualitativa por meio de pesquisa bibliográfica e documental. Foram coletados artigos nacionais inteiramente em português identificados por meio de buscas efetuadas na base de dados SciELO Brasil, e foram consultados os seguintes documentos oficiais do Sistema Único de Assistência Social: a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) de 2004, a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (2009), o Guia Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais e Psicólogos(as) na Política de Assistência Social (2007), a Consulta Pública - Parâmetros para a Psicologia no Sistema Único de Assistência Social (COMPAS/CFP 2016), O CRAS que temos, O CRAS que queremos (2010/2011), e as Orientações Técnicas sobre o PAIF - Trabalho Social com Famílias do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - vol. 2 (2012).

Os seguintes descritores foram utilizados na pesquisa bibliográfica: “CRAS” e “Psicologia”. No levantamento, foram pesquisados artigos publicados nos últimos 10 anos, entre 2006 e 2016. A pesquisa foi efetuada em setembro de 2016. Foram excluídos todos os estudos produzidos fora do Brasil que não tinham o português como idioma e nem o texto completo disponível online e de forma gratuita.

Para análise dos dados, utilizou-se a Análise de Conteúdo, que se caracteriza por um conjunto de técnicas que “visa obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção das mensagens”. (BARDIN, 2011, p. 48).

Foram encontrados 14 artigos na pesquisa bibliográfica, dos quais apenas nove satisfizeram o delineamento proposto pela pesquisa. Segundo Campos (2004), acerca do processo de categorização na Análise de Conteúdo, o mesmo consiste em analisar o conteúdo em grandes enunciados que abarcam um número variável de temas, segundo seu grau de intimidade ou de proximidade, e que possam exprimir significados e elaborações importantes que atendam aos objetivos de estudo.

Dessa forma, os resultados encontrados nas bases de dados foram agrupados em três

categorias, que remetem às atribuições do profissional de Psicologia no acompanhamento familiar realizado nos CRAS mais discutidas nos artigos e com base nos documentos oficiais mencionados anteriormente.

### 3. REFLEXÕES SOBRE OS RESULTADOS

Dentre as funções e tarefas executadas por Profissionais de Psicologia nos CRAS a nível nacional, destacam-se as ações que estão inseridas no Acompanhamento Familiar, tarefas no âmbito do Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF. Conceitualmente, este acompanhamento é definido como o “conjunto de intervenções desenvolvidas em serviços continuados, com objetivos estabelecidos, que possibilitam à família acesso a um espaço onde possa refletir sobre sua realidade, construir novos projetos de vida e transformar suas relações – sejam elas familiares ou comunitárias”. (BRASIL, 2012, p.20).

Tal processo é tecnicamente qualificado, realizado por profissionais de nível superior, embasados em pressupostos técnico teórico-metodológicos, que, inseridos nos territórios, procuram juntamente às famílias atendidas e selecionadas para o acompanhamento nos CRAS, atingir as metas e objetivos elencados nos planos de acompanhamento familiar (BRASIL, 2010-2011).

Em decorrência de todos os aspectos de vulnerabilidade e pobreza produzidos pelo nosso sistema econômico-social e cultural vigente, devem ser priorizadas no acompanhamento do PAIF, segundo Brasil (2012, p. 57-58):

Famílias contrarreferenciadas ao CRAS, pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), após ter sido realizado trabalho com as mesmas pelo Serviço de Proteção e Atendimento Especializado as Famílias e Indivíduos – PAEFI, da Proteção Social Especial, famílias com municipais beneficiários do Benefício de Prestação Continuada (BPC), de até 18 anos, que estejam fora da escola, devido os seguintes complicadores: ausência de acompanhante para levar o beneficiário até a escola; ausência de iniciativa da família para estimular o acesso à escola; ausência de iniciativa da família para estimular a convivência sociofamiliar, assim como ausência de acesso tanto do beneficiário como da família para acessar a rede intersetorial de serviços, famílias cujo descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família – PBF, decorrentes de situações de vulnerabilidade social, famílias do Plano Brasil sem Miséria; e demais famílias, que, de acordo com o estudo social do corpo técnico dos CRAS, necessitam do processo de acompanhamento familiar, de forma a superar as situações de vulnerabilidade vividas, desenvolver suas potencialidades, ter acesso a direitos, conforme a realidade do território.

Sendo assim, o plano de acompanhamento de cada família deve abarcar as demandas e necessidades da família, o potencial que aquele núcleo familiar possui, quais são os recursos que o território dispõe que podem ser utilizados como dispositivos de superação de vulnerabilidades e as estratégias que serão adotadas pelos profissionais e pela família.

Juntamente a isso, se estabelecem os objetivos, metas e planos, com intervenções pontuais e continuadas, todas em comum acordo com a família, que poderá aderir a quantidade e duração de ações e realizar a contrapartida dos objetivos marcados por eles próprios (BRASIL, 2012).

Conforme citado anteriormente, na busca simples pelos descritores “Psicologia” e “CRAS”, nove artigos atenderam aos critérios estabelecidos nessa pesquisa. Ao analisar os documentos e as nove produções acadêmicas sobre o CRAS e o serviço do PAIF advindas da pesquisa bibliográfica, verificou-se que das atribuições do profissional de Psicologia nesse campo, essas são as que se destacam: coordenação de grupos, atendimento individual e familiar e visita domiciliar. Essas são as categorias que serão discutidas a seguir.

### 3.1 - COORDENAÇÃO DE GRUPOS COM FAMÍLIAS / OFICINAS COM FAMÍLIAS

O grupo em si é muito mais do que uma simples reunião de pessoas com um propósito em comum. De acordo com Lane (1984), constitui-se também como uma estrutura social e uma realidade total, que se configura como uma experiência histórica, construída dentro de um determinado espaço e tempo, e, que, em suas manifestações gerais, submergem aspectos gerais da sociedade, com suas características grupais, vivências subjetivas e realidades objetivas.

Os grupos com famílias correspondem a um momento de troca entre as famílias e os técnicos de referência das mesmas. Em tais encontros são trabalhadas temáticas que visam o incentivo de pensamento reflexivo sobre as vulnerabilidades enfrentadas, formas de superá-las, a identificação de seus recursos e de suas potencialidades enquanto indivíduo e comunidades, sendo o grupo com famílias também um espaço para que os profissionais responsáveis possam dar as devolutivas acerca de determinada demanda, instituindo todo um planejamento em rede, juntamente com a comunidade, para a resolução daquela.

Trabalhar com grupos parte da compreensão de que as pessoas estão em contínuo processo de interação com o outro. “Por isso se afirma que o ser humano é relacional, necessita do diálogo, da participação e da comunicação. Nesse sentido, as pessoas passam a concretizar a sua existência produzindo, recriando e realizando-se nas suas relações com o outro” (BRASIL, 2012, p.23).

Desse modo, inicialmente, o objetivo da formação de um grupo de famílias em situação de vulnerabilidade é que elas consigam desenvolver vínculos umas com as outras, e que consigam enxergar-se no outro. Pode-se deixar o grupo a vontade para que seja dado início a um bate-papo, serve-se um lanche, amenizam-se os ânimos de um cotidiano atribulado e, assim, por meio de dinâmicas que favoreçam a socialização e integração dos participantes, espera-se que o ambiente tome uma atmosfera de familiaridade para que possam ser discutidas as temáticas propostas (BRASIL, 2012).

Os grupos com famílias têm um caráter socioeducativo, independente do público ao qual está destinado. Dependendo da temática abordada, tais grupos podem abarcar públicos intergeracionais, e também podem ser feitos grupos de convivência, oficinas motivacionais, palestras informativas, de cunho motivacional, além de encontro com famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família (PBF) para orientações sobre o sistema de condicionalidades. Segundo Oliveira (2014), o objetivo primordial da realização destes grupos é o fortalecimento dos vínculos sociais e familiares e a superação das situações impeditivas de um maior protagonismo em suas vidas.

Já as oficinas com famílias são ações próprias do atendimento PAIF, e consistem na realização de encontros previamente organizados, com objetivos de curto prazo a serem atingidos com um determinado conjunto de famílias, em prol de poder suscitar disparadores reflexivos sobre um tema de interesse desse público, sobre vulnerabilidades e riscos, ou potencialidades, a participação social e o protagonismo social, de forma a alcançar seus direitos, aquisições e favorecer os processos necessários para que ocorram mudanças positivas na vida desses munícipes (BRASIL, 2012).

Os grupos com famílias são ações próprias do Acompanhamento Familiar, no qual o plano de acompanhamento familiar é construído com a participação de todas as famílias que fazem parte do processo de acompanhamento e do técnico de referência. É importante ressaltar que por se tratar de um coletivo, os objetivos elencados a priori podem ser generalizados para a montagem dos planos de acompanhamento familiar, e, posteriormente, são incluídos os objetivos específicos das famílias e dos indivíduos (BRASIL, 2012).

A realização de grupos e oficinas com famílias possibilita que os profissionais também conheçam como as famílias significam e expressam seus saberes acerca daquele território, e percebem todos os aspectos do lugar que chamam de lar. Somente por meio desta identificação é que se pode fazer um movimento de intervenção reflexiva com as famílias sobre a realidade territorial em que vivem, reflexão imprescindível para que sejam feitas, inclusive, as articulações intersetoriais necessárias para o enfrentamento das situações de vulnerabilidade e risco que possam estar possivelmente presentes naquele espaço (BRASIL, 2012).

Como profissionais de Psicologia que lidam com os processos de subjetividade e significação do indivíduo e do coletivo, é papel do psicólogo também ajudar a romper certos paradigmas, por meio de um posicionamento crítico em conjunto com as famílias nos trabalhos em grupos. Segundo as Orientações Técnicas sobre o PAIF (BRASIL, 2012), observa-se uma inércia por conta de algumas famílias muito empobrecidas e com escasso acesso aos seus direitos básicos, famílias que internalizaram que as situações de vulnerabilidade que vivenciam são naturais e que os serviços socioassistenciais são um favor do Estado/Prefeituras e não direitos.

Ao trabalhar com grupos em situação de vulnerabilidade, segundo Silva e Corgozinho (2011), o psicólogo deve estar ciente que lidará com um sujeito concreto, inserido em uma realidade sócio-histórica-cultural, tendo no cotidiano seu espaço de criação de potencialidades, portanto, deve-se optar por um trabalho formulado juntamente com a população atendida.

Colocar-se de forma crítica e de forma autônoma no meio social, fortalece a capacidade de expressão da potencialidade dos indivíduos nos diferentes espaços públicos, favorece a ampliação de consciência sobre os seus direitos básicos, sobre sua identidade e a de sua comunidade.

De acordo com Silva e Corgozinho (2011, p.17), o profissional de Psicologia, como interventor-facilitador de um grupo, é um profissional que “busca provocar transformações nas formas de vida dos grupos em que atua, realizando esta tarefa de acordo com o desejo e as demandas do próprio grupo”. As autoras afirmam ainda que é papel do profissional de Psicologia trabalhar com os grupos para que eles assumam seu papel de “sujeitos de sua história,

conscientes das determinantes sociopolíticas de sua situação e ativos na busca de soluções para os problemas” (CAMPOS, 1998, apud SILVA; CORGOZINHO, 2011, p.18).

De acordo com Sarriera (2015, p.25), a intervenção psicossocial em grupos é “um trabalho de relação direta entre facilitador-interventor com o grupo-alvo, que incide em transformações nas histórias, ou melhor, na vida cotidiana, espaço onde as histórias pessoais, grupais ou coletivas ocorrem”.

Assim, compreende-se que a condução de grupos pelo profissional de Psicologia no âmbito do CRAS é de extrema importância, visto que estes:

(...) favorecem o processo de problematização e reflexão crítica de questões muitas vezes cristalizadas, naturalizadas e individualizadas, possibilita o entendimento de que os problemas vivenciados particularmente ou por uma família são problemas que atingem outros indivíduos e outras famílias; contextualiza situações de vulnerabilidade e risco; e assegura a reflexão sobre direitos sociais, possibilitando uma nova compreensão e interação com a realidade vivida, negando-se a condição de passividade, favorecendo processos de mudança e de desenvolvimento do protagonismo e da autonomia e prevenindo a ocorrência de situações de risco social. (BRASIL, 2012, p. 30)

Acredita-se na potencialidade de proporcionar espaços coletivos para as famílias atendidas pelo serviço, a fim de se criarem laços de solidariedade e alianças de cidadania. Pensa-se na vivência em grupo como um dispositivo, no sentido de que é algo que aciona um processo que produz novos acontecimentos nas vidas dos participantes. Assim, segundo Barros (1994, p.150), “o grupo é um dispositivo quando trata de intensificar em cada fala, som, gesto, o que tais componentes acionam das instituições sociais e histórias e de como nelas constroem novas redes singulares de diferenciação”.

### 3.2 – VISITA DOMICILIAR

As visitas domiciliares são caracterizadas como ações particularizadas do PAIF, nas quais os profissionais realizam os atendimentos à comunidade nas unidades domiciliares dos municípios. Ações como essa possibilitam aos técnicos conhecer de um jeito mais abrangente a realidade dos territórios, compreendendo a realidade subjetiva das famílias (suas formas de convivência, arranjos familiares e sócio-comunitários), de forma a potencializar as intervenções de uma maneira coerente e adequada às reais necessidades daquele espaço. Ações como esta também servem para situações específicas, nas quais a família, em especial o RF (responsável familiar) ou qualquer um dos membros familiares, apresenta dificuldades ou impossibilidade de comparecer ao CRAS por determinada vulnerabilidade (dificuldade de locomoção, deficiência física motora, ameaça por terceiros dentro do território, isolamento social, depressão) (BRASIL, 2012).

Segundo Silva e Corgozinho (2011), as visitas domiciliares constituem uma das ações do Acompanhamento Psicossocial, e são realizadas por psicólogos e assistentes sociais de forma a monitorar condicionalidades do Programa Bolsa Família, investigar denúncias e avaliar situações de vulnerabilidade. Contudo, não é papel do profissional de psicologia agir de forma fiscalizatória ou polícial no trato com as famílias atendidas, pois tal postura pode



fragmentar todos os vínculos que foram estabelecidos com o munícipe, além de transpassar limites e posturas éticas deste profissional (SILVA; CORGOZINHO, 2011).

Segundo Oliveira (et.al., 2011), ao entrevistarem profissionais de Psicologia que atuam em CRAS, a visita domiciliar é uma das atividades em que os psicólogos mais se referiram à importância do trabalho em equipe. Os autores apontam que esse fato revela alguma modificação nos modelos tradicionais de trabalho que são assumidos pelos psicólogos em seus diversos espaços de atuação.

A visita domiciliar possibilita aos técnicos conhecer a realidade dos territórios, as dinâmicas de convivência comunitária e os arranjos familiares. Segundo Sarriera (2015), é no espaço do cotidiano que as éticas das relações se praticam e onde as intervenções se colocam de modo a transformar e apreender novas compreensões de mundo.

Além disso, a visita domiciliar permite o aprofundamento de intervenções que nem sempre são possíveis coletivamente, como é o caso de mobilização das redes sociais de apoio à família. A visita domiciliar deve ser realizada com o consentimento da família, rompendo com posturas e ações invasivas sobre a privacidade e a vida particular dos munícipes. Sugere-se, para facilitar o processo de comunicação, o estabelecimento, sempre que possível, de um contato prévio entre os profissionais e a família e o agendamento da visita domiciliar (BRASIL, 2016).

Muitos CRAS ainda trabalham de forma reativa, ou seja, em reação a busca das famílias pelo serviço. As visitas domiciliares são ações que fazem o movimento contrário de não esperar que a comunidade, o munícipe e o coletivo venham até o equipamento, e, sim, a equipe técnica, por meio do estudo social prévio, identifique quem são essas famílias, e, portanto, possa ocupar esse território, utilizando das visitas domiciliares como um instrumento de inclusão da população vulnerável usuária da Assistência Social (BRASIL, 2010-2011). De acordo com Oliveira (et.al., 2011), embora as visitas domiciliares façam parte do Acompanhamento Familiar, os psicólogos muitas vezes as realizam de forma pontual, sem seguimento.

Segundo Oliveira (et.al., 2014), a visita domiciliar é de fundamental importância para o conhecimento da capilaridade do território de abrangência do CRAS, sendo uma das estratégias para efetivar o princípio da territorialidade preconizado pela PNAS. Em sua pesquisa, Oliveira (et.al., 2014) apontam a baixa frequência de visitas domiciliares realizadas pelos profissionais de Psicologia, apesar de eles afirmarem a sua importância. Para os autores, esse dado denuncia a “frágil postura proativa dos profissionais em se apropriar do território” (OLIVEIRA, et.al., 2014, p.108).

### 3.3 – ATENDIMENTO/ACOMPANHAMENTO INDIVIDUAL E FAMILIAR

Embora o foco de atuação do profissional de Psicologia seja o trabalho com grupos, priorizando o trabalho coletivo, o psicólogo pode realizar atendimentos ou acompanhamentos individuais e familiares fora de um contexto grupal quando necessário. As ações devem ser integradas com outros profissionais bem como com outros serviços, visando o trabalho em

rede (CFESS, 2007).

Os atendimentos individuais são ações particularizadas previstas no atendimento PAIF. Acontecem por vezes nas quais as famílias por vivenciarem certas vulnerabilidades sentem-se envergonhadas de expor sua situação de modo coletivo, como em uma oficina de famílias, então, demanda-se um atendimento individual. Tais atendimentos não preveem encontros periódicos e continuados, ao contrário do acompanhamento individual e familiar que é realizado no âmbito do PAIF (BRASIL, 2012).

Em suma, os atendimentos realizados pelos psicólogos, tanto de forma pontual quanto os realizados de forma continuada com as famílias acompanhadas, devem sempre ter um viés voltado para as questões psíquicas e o sofrimento trazido, oriundo de questões sociais estabelecidas como “naturais” dentro daquele contexto social onde a família ou o indivíduo está inserido, lançando olhares sobre as questões subjetivas e concretas relacionadas às vulnerabilidades sociais (FLOR; GOTO, 2015). De acordo com Oliveira (et.al., 2014, p.111), “enquanto o viés clínico tradicional define o sujeito em sua individualidade e dinâmicas internas, a atuação na política social exige um reposicionamento social e político sobre os usuários desse serviço”.

O Conselho Federal de Psicologia, em publicação de referências técnicas para o exercício profissional na área da assistência social, reconhece “que a despolitização, a alienação e o elitismo marcaram a organização da profissão e influenciaram na construção da ideia de que o psicólogo só faz Psicoterapia” (CFP; CFESS, 2007, apud SENRA; GUZZO, 2012, p. 294). Os atendimentos psicoterapêuticos são uma prática tradicionalmente associada a categoria dos profissionais de Psicologia, contudo, tal prática não é prevista dentro dos CRAS, pois o constante fluxo de municípios atendidos e a necessidade de se realizar um trabalho articulado com a rede, realizando os encaminhamentos necessários para tal serviço, impossibilitam que essa prática seja efetuada de forma satisfatória e ética. Porém, de acordo com Oliveira (et.al., 2011), há um considerável número de psicólogos que a realizam, passando pela aplicação de testes, arteterapia e ludoterapia.

Oliveira (et.al., 2014) afirmam que profissionais de Psicologia têm lançado mão de atividade clínica psicoterápica nos CRAS com a justificativa da dificuldade de encaminhamento. Macedo (et. al., 2015) também afirmam que os profissionais de Psicologia realizam atendimento psicoterápico ou aconselhamento nos CRAS. Em pesquisas realizadas pelos referidos autores, os psicólogos pontuaram que esse descumprimento dos marcos legais do SUAS e das diretrizes para atuação dos profissionais de Psicologia se “justificava por haver uma demanda de que tinham que dar conta” diante da dificuldade para encaminhar usuários para outros serviços socioassistenciais ou de saúde (MACEDO, et. al., 2015, p.818).

Como nos lembram Senra e Guzzo (2012, p. 293), citando Martín-Baró (1997):

(...) em um cenário de profundas desigualdades sociais que se revelam de modo contundente no cotidiano do sistema público, o trabalho dos psicólogos, apesar dos esforços, confirma o quanto a psicologia, como ciência e profissão, manteve um distanciamento histórico das questões sociais considerando as individuais como mais centrais.

Segundo Sobral e Lima (2013), há uma dificuldade entre os profissionais de Psicologia em se estabelecer um limite entre atendimento psicossocial e psicoterapia. As atuações fora dos settings mais tradicionais, segundo os autores, convocam os profissionais a lançarem novos olhares sobre suas práticas nos espaços públicos onde estão sendo inseridos.

Macedo (et. al, 2011, p.489) afirmam que os psicólogos precisam pensar a Assistência Social não apenas como:

(...) um novo espaço que proporciona novas territorialidades e mercado de trabalho para a profissão, mas também como um campo que aprofunda desafios tão antigos (e também novos) que acompanham nossa profissão desde quando se pretendeu inserida nas políticas públicas.

É fundamental construir uma prática que rompa com diagnósticos onde se pretende identificar o funcionamento psíquico, sem compreendê-lo enquanto parte de um sujeito que interfere e vivencia interferências do contexto social, sujeitos de capacidades e fragilidades, que são construídas a partir das relações, das condições e valores sociais (MDS, 2012). O trabalho no SUAS exige dos psicólogos a “criação de novos conhecimentos e posturas profissionais para lidar com o contexto de pessoas vivendo em situação de pobreza, carências e desproteção social” (YAMAMOTO; OLIVEIRA, 2010, apud MACEDO, et. al., 2011, p. 488).

#### **4. CONCLUSÃO**

A partir do discutido, conclui-se que a prática profissional do psicólogo no âmbito da Política Nacional de Assistência Social configura-se como um desafio. É importante frisar, a partir de Senra e Guzzo (2012, p.296), a necessidade de um olhar crítico dos profissionais da Psicologia que atuam na área da Assistência Social e “da articulação necessária entre a prática e a produção de conhecimento acumulada pela Psicologia nos últimos anos”.

A atuação do psicólogo, como trabalhador da Assistência Social, tem como finalidade o fortalecimento dos usuários como sujeitos de direitos e o fortalecimento das políticas públicas. “É preciso estar atento às potencialidades e às vulnerabilidades instaladas nas comunidades, nos territórios, onde as famílias estabelecem seus laços mais significativos” (CREPOP, 2008, p.15).

De acordo com a discussão dos resultados, observou-se que nos atendimentos individuais, grupos ou visitas domiciliares abrem-se possibilidades para encontros genuínos com o outro e com o mundo, sem opressores ou oprimidos, mas pela via do diálogo e do ideal de comunicação entre iguais, como nos lembra Martin-Baró (1996), citado por Pereira e Guareschi (2016).

É nessa lógica relacional entre psicólogos e usuários dos CRAS que pode haver um verdadeiro encontro, no qual os profissionais podem reconhecer os modos de subjetivar construídos a partir de várias relações históricas estabelecidas, valorizando assim suas

experiências para a possibilidade de transformação das pessoas, do meio social onde vivem e também da própria psicologia (PEREIRA; GUARESCHI, 2016).

Macedo (et. al, 2011, p.489) afirmam que:

(...) é importante escrever novas linhas sobre a atuação dos psicólogos nas políticas sociais para além do fatídico fazer psicológico que tanto individualiza, moraliza ou patologiza/terapeutiza a questão social. Estas são ações muito comuns entre os trabalhadores do SUAS, os quais, habituados a seu cotidiano profissional, operam com maestria dispositivos de subjetivação que ora culpabilizam os indivíduos ora tentam recuperar a capacidade (potencialidade) desses mesmos indivíduos e suas famílias, como se com seu esforço individual pudessem libertar-se dos seus problemas e da condição de pobreza que tanto os assola.

É tempo de mudanças na prática da categoria dos profissionais de Psicologia. É necessário, como lembra Bock (1999), que os profissionais de Psicologia continuem a repensar e refletir a relação do seu trabalho e do fenômeno psicológico com a realidade social. Reflexões como esta direcionam o profissional para questões como: se a psicologia atua em prol da vida, como os profissionais têm utilizado seus dispositivos de saber para que isso ocorra?

Conforme Bock (1999), nós, brasileiros, vivemos uma situação dramática: são milhões de adultos analfabetos e crianças fora da escola ou sem condições de usufruir dos serviços educacionais, que por si só, são deficitários, entre outras situações de vulnerabilidade social vivenciadas pelo povo brasileiro. Tais situações, muitas vezes, são encaradas com naturalidade, visto o bombardeio midiático pelo qual a sociedade passa. Não se pode esquecer que, em situações de vulnerabilidade social, também existe sofrimento psíquico.

De pouco adianta serem feitos movimentos em prol da construção de uma nova Psicologia, de uma clínica ampliada, se os espaços das academias ainda seguirem o antigo padrão de formação, produzindo profissionais liberais alheios à realidade social que os rodeia. Nesse sentido, aponta-se para a necessidade de uma maior produção acadêmica sobre a prática dos profissionais da Psicologia na Assistência Social.

Pontua-se ainda que, talvez, os ideais de compromisso social da categoria sejam despertados por uma determinada parcela de psicólogos e psicólogas atuantes, que buscam adentrar novos espaços, novas formas de fazer psicologia, e o mais importante, desconstruir ideias cristalizadas sobre a identidade profissional, que muitas vezes contribuem para a manutenção do abismo social.

As fronteiras construídas pela Psicologia, dentro das quais “caberia ao psicólogo apenas o que seria da ordem do sofrimento e da subjetividade” (OLIVEIRA, et.al., 2011, p.140) devem ser rompidas, conduzindo a prática do profissional psi em direção a um compartilhamento de saberes, que, em muitos campos de atuação institucional, ainda estão por se construir.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.

BARROS, R. D. B. Grupo e Produção. *Saúde Loucura*. São Paulo: Hucitec, v.4, p.145-154, 1994.

BOCK, A. M. B.. A Psicologia a caminho do novo século: identidade profissional e compromisso social. *Estud. psicol.* (Natal), Natal, v. 4, n. 2, p. 315-329, Dec. 1999. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-294X1999000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 12 Oct. 2016.

\_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009. *Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília, DF, 2009.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. *NOB/RH/SUAS*. Brasília, 2007.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *O CRAS que temos e o CRAS que queremos - orientações técnicas, metas de desenvolvimento dos CRAS - período 2010/2011*. Vol. 01. Brasília: MDS, 2010-2011.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Orientações Técnicas sobre o PAIF: O Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais*. Brasília: 2012.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília: PNAS, 2004.

\_\_\_\_\_. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome. Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS). Proteção Básica do Sistema Único de Assistência Social. *Orientações técnicas para o Centro de Referência de Assistência Social (Cras)*. Brasília, 2006.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. *Lei Orgânica da Assistência Social*, n. 8.742, de 7 de setembro de 1993.

CAMPOS, Claudinei José Gomes. *Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde*. Rev. bras. enferm., Brasília, v. 57, n. 5, p. 611-614, Oct. 2004. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672004000500019&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 01 Out. 2016.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências técnicas para atuação do (a) psicólogo (a) no CRAS/SUAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2008.

CENTRO DE REFERÊNCIA TÉCNICA EM PSICOLOGIA E POLÍTICAS PÚBLICAS (CREPOP). *Referências técnicas para a prática de psicólogas (as) no Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS*. Conselho Federal de Psicologia (CFP). Brasília: CFP, 2013.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). *Parâmetro para atuação de assistentes sociais e psicólogos(as) na Política de Assistência Social* / Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Brasília, CFP/CFESS, 2007.

- FLOR, T. C.; GOTO, T. A. *Atuação do psicólogo no CRAS: uma análise fenomenológico-empírica*. Rev. abordagem gestalt., Goiânia , v. 21, n. 1, p. 22-34, jun. 2015 . Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-68672015000100004&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em 01 out. 2016.
- LANE, S. T. M. O processo grupal. In S. T. M. Lane & W. Codo (Eds.). *Psicologia Social: O homem em movimento* (pp. 78-98). São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MACEDO, J. P. et al . *O psicólogo brasileiro no SUAS: quantos somos e onde estamos?*. Psicol. estud., Maringá , v. 16, n. 3, p. 479-489, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722011000300015&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 4 de setembro de 2016.
- MACEDO, J. P.; DIMENSTEIN, M. Psicologia e a produção do cuidado no campo do bem-estar social. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 21, n. 3, p. 293-300, 2009 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822009000300002&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822009000300002&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 24 de setembro de 2016.
- MACEDO, O. J. V. et al . Ações do Profissional de Psicologia no Centro de Referência da Assistência Social. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 35, n. 3, p. 809-823, Sept. 2015 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-989320150003000809&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-989320150003000809&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 11 Out. 2016.
- OLIVEIRA, I. F. de et al . A prática psicológica na proteção social básica do SUAS. *Psicol. Soc.*, Florianópolis , v. 23, n. spe, p. 140-149, 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000400017&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400017&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 9 Out. 2016.
- OLIVEIRA, I. F. de et al . Atuação dos psicólogos nos CRAS do interior do RN. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 26, n. spe2, p. 103-112, 2014 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822014000600011&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Set. 2016.
- PEREIRA, V. T.; GUARESCHI, P. A. O CRAS em relação: profissionais e usuários(as) em movimento. *Fractal, Rev. Psicol.*, Rio de Janeiro , v. 28, n. 1, p. 102-110, Apr. 2016 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1984-02922016000100102&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922016000100102&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 29 Set. 2016.
- SENRA, C. M. G.; GUZZO, Ra. S. L. Assistência social e psicologia: sobre as tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicol. Soc.*, Belo Horizonte , v. 24, n. 2, p. 293-299, Aug. 2012 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822012000200006&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 7 Out. 2016.
- SARRIERA, J. C. *Psicologia comunitária: estudos atuais*. 4.ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- SILVA, J. V. da; CORGOZINHO, J. P. Atuação do psicólogo, SUAS/CRAS e Psicologia Social Comunitária: possíveis articulações. *Psicol. Soc.*, Florianópolis, v. 23, n. spe, p. 12-21, 2011. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822011000400003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 2 Out. 2016.
- SOBRAL, M. F. C; LIMA, M. E. O. Representando as práticas e praticando as representações nos CRAS de Sergipe. *Psicol. cienc. prof.*, Brasília , v. 33, n. 3, p. 630-645,

2013 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1414-98932013000300009&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932013000300009&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 2 Out. 2016.

YAMAMOTO, O. H. Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicol. Soc.*, Porto Alegre , v. 19, n. 1, p. 30-37, Apr. 2007 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-71822007000100005&lng=en&nrm=iso)>. Acessado em 29 Set. 2016.